

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, é uma entidade educacional oficial, com patrimônio próprio, instituída pela Lei Municipal nº 613 de 07 de julho de 1966, educativa, cultural e de assistência social, de direito privado, comunitária/filantrópica, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ 85.784.023/0001-97, com sede e foro na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, sito a Rua Dr. Guilherme Gemballa, 013, Bairro Jardim América.

A entidade tem por finalidade, conforme previsto no Art. 4º do seu estatuto:

- a) Manter o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí;
- b) Criar e manter outras instituições, objetivando o desenvolvimento do ensino de excelência, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviços em todos os níveis e por todas as formas ao seu alcance;
- c) Desenvolver atividades filantrópicas, visando ao bem-estar social;
- d) Desenvolver e incentivar atividades culturais em prol da comunidade regional;
- e) Desmembrar, agrupar ou extinguir as instituições por ela mantidas;
- f) Realizar ações de saúde, com vista ao bem-estar e à valorização do ser humano;
- g) Prestar contas de todos os recursos e bens de origem pública;
- h) Criar e manter a Editora Universitária – Editora UNIDAVI;
- i) Criar e manter laboratórios de ensino e de prestação de serviços à comunidade;
- j) Criar e manter museus, com seus acervos históricos e tecnológicos, para a recuperação, manutenção e valorização da memória, da cultura e do meio ambiente;
- k) Desenvolver atividades e serviços de radiodifusão, de televisão, de editoração ou quaisquer outros meios de divulgação, com objetivos de produzir e veicular programas educativos, culturais, esportivos, científicos e jornalísticos de interesse comunitário.

A entidade obteve reconhecimento aos seguintes benefícios fiscais:

- ✓ Imunidade do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- ✓ Isenção da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;
- ✓ Imunidade do IPTU e ISS do Município de Rio do Sul;
- ✓ Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal (art. 22 da lei 8.212/91);
- ✓ Isenção da contribuição devida a terceiros (§ 5º do art. 3º da lei nº 11.457/2007).



Como parte integrante do seu objeto social e para gozar os benefícios tributários de entidade educacional beneficente de assistência social, sem fins lucrativos, a Fundação presta assistência educacional através da concessão de bolsas de estudo a alunos carentes.

Os custos incorridos com a prestação dessa assistência gratuita são registrados no resultado sob a rubrica “Deduções da Receita Bruta - Gratuidades”.

2. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 27/02/2023, a administração da entidade aprovou a elaboração e emissão das demonstrações financeiras.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, e, supletivamente, da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, em consonância com os demais atos normativos aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

4.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

4.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não-monetários pelas taxas da data da transação.

4.4 Uso de estimativas contábeis e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) *Impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis;
- b) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- c) Expectativa de êxito dos passivos contingentes, avaliados em conjunto a assessoria jurídica da entidade;
- d) Revisão da vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações;

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

4.5 Instrumentos Financeiros

A Entidade classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa; e,
- (b) Instrumentos de dívida;



Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

4.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e incluem numerário em poder da entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

4.7 Contas a receber de Clientes

Representam, basicamente, aos valores a receber de alunos pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Instituição.

As contas a receber inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber. Normalmente na prática são reconhecidas pelo valor de emissão ajustado pela provisão para *Impairment*, se necessário.

4.8 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumulada, quando houver. A depreciação é reconhecida no resultado tendo como base o método de depreciação linear, para todos os itens do ativo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças, substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

4.9 Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

4.10 Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda por desvalorização, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4.11 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

4.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

4.13 Reconhecimento das Receitas de Serviços

A entidade auferir receita das mensalidades de cursos de graduação, pós-graduação, educação básica e de outras prestações de serviço de ensino. A receita de serviços compreende o valor justo da

contraprestação recebida ou a receber, pela prestação de serviços no curso normal de suas atividades.

4.14 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da **competência** dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Tabela 1

	2022	2021
	RS	RS
Caixa	26.220,84	16.647,80
Bancos conta Movimento	1.897.156,17	482.779,69
Aplicações Financeiras	29.779.843,82	21.846.222,58
Total	31.703.220,83	22.345.650,07

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. Os valores em caixa e bancos abrangem numerários em espécie e disponível em contas bancárias e as aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, com possibilidade de resgate imediato, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em Instituições Financeiras renomadas.

6. INVESTIMENTO TEMPORÁRIO

Refere-se a recursos recebidos de subvenções estadual e municipal, os quais serão aplicados de acordo com os respectivos projetos/convênios.

Tabela 2

	2022	2021
	RS	RS
Aplicações de Subvenções com Restrição – Municipal	19.185,59	-
Aplicações de Subvenções com Restrição – Estado	5.342.342,11	-
Total	5.361.527,70	-

Os detalhes das subvenções estão evidenciados na nota explicativa “17”.

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Por tipo de conta a receber

Tabela 3

	2022	2021
	RS	RS
Mensalidades a Receber	1.984.453,31	1.735.598,13
Renegociações a Receber	2.288.246,48	2.640.265,13
Cheques em Cobrança	139.032,63	145.277,32
Convênios e Serviços a Receber	4.102.945,15	817.258,76
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.058.621,44)	(2.573.615,95)
Total	6.456.056,13	2.764.783,39

A rubrica “Convênios e Serviços a Receber” contempla valores a receber de convênios, sendo:

- Programa Uniedu do Estado de SC, referente os recibos de bolsa de dezembro/2022 assinado pelos alunos da graduação, com vencimento em 31 de janeiro de 2023, no valor de R\$ 1.222.997,08;

- Termo de Parceria com a FAPESC sob o nº SGP nº 1568/2020, para a e ampliação do Centro Universitário Norberto Frahm, conforme cronograma de repasse em 05/2023, no montante de R\$ 2.540.389,09 (nota explicativa “17”).

7.2 Por vencimento

Tabela 4

	2022	2021
	RS	RS
A vencer até 3 meses	580.438,38	236.287,99
A vencer de 3 a 6 meses	2.815.944,65	270.890,32
A vencer de 6 meses a 1 ano	171.081,04	83.580,43
Vencido até 3 meses	1.952.963,10	1.462.684,15
Vencido de 3 a 6 meses	420.979,34	413.126,08
Vencido de 6 meses a 1 ano	507.805,91	268.784,23
Vencido a mais de 1 ano	2.065.465,15	2.603.046,14
Total	8.514.677,57	5.338.399,34

7.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Tabela 5

Natureza dos Créditos	2022	Constituição em 2022	Reversão em 2022	2021
Mensalidades	837.621,74	0,00	(170.086,57)	1.007.708,31
Créditos renegociados e NP	1.071.924,95	0,00	(253.304,36)	1.325.229,31
Convênios e Serviços	149.074,75	0,00	(91.603,58)	240.678,33
Total	2.058.621,44	0,00	(514.994,51)	2.573.615,95

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos créditos vencidos e que não apresentam perspectiva de recebimento. No exercício de 2022 houve reversão na PCLD, em virtude do recebimento de créditos anteriormente provisionados como perdas.

8. ADIANTAMENTOS

Tabela 6

	2022	2021
	RS	RS
Adiantamento de funcionários	1.740.451,20	1.334.061,21
Adiantamento de fornecedores	22.481,74	30.648,20
Total	1.762.932,94	1.364.709,41

Adiantamento de funcionários: Representa, preponderantemente, os adiantamentos de férias coletivas aos colaboradores, os quais serão realizados no durante o exercício 2023.

Adiantamento de fornecedores: Antecipações realizadas para fornecedores, em virtude da aquisição de bens e serviços inerentes as atividades da Fundação.

9. ESTOQUES

Tabela 7

	2022	2021
	RS	RS
Materiais	63.481,97	131.226,36
Total	63.481,97	131.226,36

Os estoques da Entidade estão representados por materiais de uso e consumo, como material de expediente e limpeza, entre outros.

10. INVESTIMENTOS

Tabela 8

	2022			2021
	Adições	Baixa	Líquido	
Obras de Arte	0,00	0,00	51.880,00	51.880,00
Acervo Museu Histórico	0,00	0,00	24.190,70	24.190,70
Investimento Cota Capital	500,95	0,00	6.164,57	5.663,62
Total	500,95	0,00	82.235,27	81.734,32

11. IMOBILIZADO

Tabela 9 – Custo Corrigido e Depreciação Acumulada

	% Depreciação	2022			2021
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	
Prédios e Instalações	2% a 4%	29.085.236,44	(11.756.746,71)	17.328.489,73	17.603.041,51
Terrenos	0%	8.672.396,79	-	8.672.396,79	8.672.396,79
Equipamentos e Máquinas	10% a 20%	10.365.425,11	(6.209.829,42)	4.155.595,69	3.356.504,76
Móveis e Utensílios	10%	3.737.750,83	(2.388.099,93)	1.349.650,90	1.109.621,93
Biblioteca	10%	5.245.251,14	(4.043.912,76)	1.201.338,38	1.301.865,33
Laboratórios	20%	5.139.790,79	(3.798.743,37)	1.341.047,42	1.736.196,19
Grupo Gerador de Energia	10%	337.260,48	(337.260,48)	-	-
Veículos	20%	113.545,00	(113.545,00)	-	15.508,43
Outras Imobilizações	4% a 20%	2.114.348,85	(1.109.008,65)	1.005.340,20	1.137.388,87
Imobilizações em Andamento	0%	217.220,53	-	217.220,53	194.843,07
Total		65.028.225,96	(29.757.146,32)	35.271.079,64	35.127.366,88

Tabela 10 – Movimentação

	2022					2021	
	Transferências	Adições	Baixas Imobilizado	Baixas Depreciação	Depreciação Período	Líquido	Líquido
Prédios e Instalações	283.248,22	17.366,00	-	-	(575.166,00)	17.328.489,73	17.603.041,51
Terrenos	-	-	-	-	-	8.672.396,79	8.672.396,79
Equipamentos e Máquinas	-	1.959.789,89	(201.273,33)	175.786,07	(1.135.211,70)	4.155.595,69	3.356.504,76
Móveis e Utensílios	-	450.360,37	(9.919,27)	9.572,56	(209.984,69)	1.349.650,90	1.109.621,93
Biblioteca	-	178.751,43	-	-	(279.278,38)	1.201.338,38	1.301.865,33
Laboratórios	-	377.130,10	(44.590,24)	36.353,91	(764.042,54)	1.341.047,42	1.736.196,19
Grupo Gerador de Energia	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	(54.736,04)	46.437,48	(7.209,87)	-	15.508,43
Outras Imobilizações	-	33.940,90	-	-	(165.989,57)	1.005.340,20	1.137.388,87
Imobilização em Andamento	(283.248,22)	305.625,68	-	-	-	217.220,53	194.843,07
Total	-	3.322.964,37	(310.518,88)	268.150,02	(3.136.882,75)	35.271.079,64	35.127.366,88

12. INTANGÍVEL

O Grupo Intangível é composto das seguintes contas e valores:

Tabela 11 – Custo Corrigido e Amortização Acumulada

	% Amortização	2022			2021
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Programas de Computador - Software	20%	1.157.137,08	(971.333,55)	185.803,53	238.074,52
Total		1.157.137,08	(971.333,55)	185.803,53	238.074,52

Tabela 12 – Movimentação

	2022					2021	
	Transferências	Adições	Baixas Imobilizado	Baixas Amortização	Amortização Período	Líquido	Líquido
Programas de Computador - Software	-	41.984,00	-	-	(94.254,99)	185.803,53	238.074,52
Total	-	41.984,00	-	-	(94.254,99)	185.803,53	238.074,52



13. FORNECEDORES

Tabela 13

	2022	2021
	RS	RS
Fornecedores	219.527,75	129.357,79
Total	219.527,75	129.357,79

Saldo refere-se as obrigações junto a fornecedores e/ou prestadores de serviços da Fundação/Entidade, o qual encontra-se em processo normal de liquidação.

13.1 Por vencimento

Tabela 14

	2022	2021
	RS	RS
Vencidos	5.559,71	20.547,88
A vencer até 3 meses	210.164,44	106.585,04
A vencer de 3 a 6 meses	3.803,60	2.224,87
Total	219.527,75	129.357,79

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Tabela 15

	2022	2021
	RS	RS
Obrigações Sociais	172.263,61	151.363,71
INSS a Recolher Funcionários	172.263,61	151.363,71
Obrigações Fiscais	841.911,64	631.212,92
IRRF a Recolher	835.164,01	628.080,58
INSS Retido na Fonte a Recolher	679,25	-
ISS Retido na Fonte a Recolher	583,08	24,98
Contribuições Sociais Retido na Fonte a Recolher	5.485,30	3.107,36
Obrigações Trabalhistas	1.408.455,40	-
Salários a Pagar	1.408.455,40	-
Outras Obrigações a Pagar	125.003,07	73.129,10
Convênios Diversos a Pagar	1.878,93	2.575,67
Convênios a Pagar – Bradesco	15.718,44	23.036,54
Seguros a pagar	17.990,38	14.675,40
Plano de Previdência a Pagar	89.415,32	32.841,49
Férias a Pagar	2.435.795,34	1.695.858,19
Provisão p/ férias e encargos	2.435.795,34	1.695.858,19
Total	4.983.429,06	2.551.563,92

14.1 Plano de Suplementação de Aposentadoria - funcionários

A entidade celebrou um Termo de Convênio de Adesão com a Quanta Previdência, uma entidade de previdência privada, visando a suplementação de aposentadoria dos funcionários. Os principais benefícios são: a) Aposentadoria complementar; b) resgate do saldo em caso de morte do participante. Atualmente o plano está ativo, com a contribuição do colaborador, conforme adesão.

15. ADIANTAMENTO DE MENSALIDADES

Tabela 16

	2022	2021
	RS	RS
Adiantamento de contas a receber	2.510.360,35	2.042.692,62
Total	2.510.360,35	2.042.692,62

Como prática de negócio e mercado de atuação da entidade, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso. Além disso, há alunos que optam por antecipar o pagamento de suas mensalidades escolares. Conseqüentemente, são reconhecidos como adiantamento de contas a receber, no passivo circulante, os valores de mensalidades, de períodos subsequentes, recebidos, antecipadamente, pela entidade no exercício social em curso e que serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a sua competência.

16. RECEITAS DIFERIDAS

Tabela 17

	2022	2021
	RS	RS
Convênio Prefeitura de Rio do Sul	38.436,53	72.286,73
Convênio Prefeitura de Ibirama	2.362,82	-
Termo de Colaboração – Fapesc	108.978,86	-
Total	149.778,21	72.286,73

A Instituição firmou em 08/2018 um Termo de Colaboração com a Secretaria Municipal de Gestão de Governo, do município de Rio do Sul com o objetivo de cooperação financeira para aquisição de equipamentos para auxiliar no desenvolvimento dos cursos da área da saúde. Em 08/2020 e 09/2021, foram firmados os Termos de Colaboração com o município, com o objetivo principal o apoio efetivo do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, na manutenção e custeio da execução do projeto Integra Jovem e do projeto Histórias que inspiram, com aquisição de equipamentos.

Para o exercício de 2022 houve a parceria com o município de Ibirama, através do Projeto Avaliação do Estado Nutricional dos Estudantes e com a Fundação de Apoio à pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC, conforme o Programa Gente Catarina. Para a



aquisição de equipamentos, com recursos dos projetos, foi aplicado a NBC TG 07.

17. CONVÊNIOS A REALIZAR

Tabela 17

	2022	2021
	RS	RS
Convênios a Realizar Estado	7.882.731,20	165.593,64
Convênios a Realizar Município	19.185,59	15.133,55
Total	7.901.916,79	180.727,19

No exercício de 2022, a Instituição firmou o Termo de Parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC, com recursos para reforma e ampliação de espaço para a implantação do Centro de Inovação Norberto Frahm – CINF, visando consolidar o Sistema Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação. Assinado também com a FAPESC os Termos de Parceria em Desenvolvimento DEV-TI e Gente Catarina. Firmado no exercício Termo de Colaboração com a Prefeitura Municipal de Rio do Sul, com os projetos Arboriza Rio do Sul e Práticas de Alimentação Saudável, advindo do Fundo da Infância e Adolescente – FIA. Os recursos se encontram em aplicação financeira com destino exclusivo no objeto dos Termos de Parceria e Colaboração;

18. PROVISÕES PARA INDENIZACÕES DIVERSAS - CONTINGÊNCIAS

A Fundação no curso normal de suas operações está envolvida em ações judiciais sobre questões cíveis, tributárias e trabalhistas. A administração da Fundação Unidavi, amparada na opinião dos assessores jurídicos, prevê que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

Tabela 18

	2022	2021
	RS	RS
Provisão para indenizações diversas	1.008.490,90	190.000,00
Total	1.008.490,90	190.000,00

No exercício de 2022, a entidade possui quatro processos judiciais trabalhistas, cujos prognósticos de perdas foram classificados como prováveis por seus assessores jurídicos. Sendo assim, tais processos foram provisionados na contabilidade. Ainda, todos os processos acima foram contestados pela Fundação.



Adicionalmente, a Fundação tem ações de naturezas cíveis e tributárias, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação dos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Tabela 19

	2022	2021
	R\$	R\$
Contingências Possíveis – Cível/Tributária	11.301.545,00	26.301.545,00
Total	11.301.545,00	26.301.545,00

Cível

- a) Ação Popular, através do processo nº 0004841-17.2010.4.02.5102, tendo como objeto a anulação de Certificados (CEBAS) dos períodos de 01/01/2004 a 31/12/2006 e 01/01/2007 a 31/12/2009, com probabilidade de perda possível e o valor de causa no montante de R\$ 15.000.000,00. Julgamento em 19/04/2022, manteve a sentença de extinção da ação popular, com trânsito em julgado em 06/06/2022 e baixa definitiva em 23/09/2022;
- b) Ação Civil Pública, através do processo nº 2008.34.00.033047-3, tendo como objeto a anulação de Certificados (CEBAS) dos períodos de 01/01/1995 a 31/12/1997, 01/01/1998 a 31/12/2000 e 01/01/2001 a 31/12/2003, com probabilidade de perda possível e o valor de causa no montante de R\$ 6.000.000,00;
- c) Ação Civil Pública, através do processo nº 0021165-69.2013.4.01.3400, tendo como objeto a anulação de Certificados (CEBAS) dos períodos de 01/01/2004 a 31/12/2006 e 01/01/2007 a 31/12/2009, com probabilidade de perda possível e o valor de causa no montante de R\$ 1.000.000,00;

Tributário

- a) Auto de Infração nº 510505872 emitido pela Receita Federal do Brasil, tendo como objeto o lançamento de créditos tributários a título de quota patronal e RAT referentes ao período compreendido entre 03/2009 a 12/2009, com probabilidade de perda possível e o valor da causa no montante de R\$ 3.301.115,00;
- b) Auto de Infração nº 510505880 emitido pela Receita Federal do Brasil, tendo como objeto o lançamento de créditos tributários a título de contribuições a Terceiras Entidades (FNDES-salário educação, INCRA, SESC E SEBRAE) referentes ao período compreendido entre 03/2009 a 12/2009 com probabilidade de perda possível e o valor da causa no montante de R\$ 683.055,00;
- c) Processo Administrativo na Receita Federal do Brasil, através do processo nº 13971.721215/2014-36, tendo como objeto o lançamento de créditos tributários a título de COFINS, referente ao período compreendido entre 01/2009 a 12/2009, com probabilidade de perda possível e o valor da causa no montante de R\$ 135.184,00; e,



- d) Processo Administrativo na Receita Federal do Brasil, através do processo nº 13971.721216/2014-81, tendo como objeto o lançamento de créditos tributários a título de PIS, referente ao período compreendido entre 01/2009 a 12/2009, com probabilidade de perda possível e o valor de causa no montante de R\$ 182.191,00;

Todos os processos acima foram contestados pela Fundação Unidavi, tendo já obtido despachos favoráveis da Justiça Federal em favor da manutenção dos CEBAS atacados, contudo os processos ainda estão em andamento.

A administração amparada por seus consultores jurídicos estima alcançar êxito, nesses processos judiciais e administrativos.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Social é constituído pela dotação inicial acrescido dos déficits e superávits acumulados desde a fundação da entidade. No exercício de 2022, foi registrado um Superávit de R\$ 7.166.978,94, o qual será incorporado ao Patrimônio Social no exercício de 2023, após os trâmites internos nos Conselhos Curador e de Administração.

Subvenções para Investimento

No exercício 2022 houve a realização de Subvenções para Investimento, no montante de R\$ 39.050,55, bem como a recomposição dos valores realizados em exercícios anteriores, representando R\$ 102.526,21.

20. RECEITA DE MENSALIDADES SEM GRATUIDADES

Refere-se às mensalidades auferidas no exercício, para os cursos de educação superior e de educação básica, referente aos alunos pagantes, não beneficiados com bolsas de estudo de gratuidades, no montante de R\$ 53.803.546,79.

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS, DEPRECIACÃO E TRIBUTÁRIAS

Tabela 20

	2022	2021
	RS	RS
Viagens, estadias e participação e organização de eventos	418.825,14	197.664,14
Serviços de terceiros pessoa jurídica	3.675.928,89	3.113.685,15
Assinaturas de jornais, revistas e periódicos	141.503,96	94.337,72
Propaganda, publicidade, impressões e encadernações	1.074.641,10	770.792,87
Contribuições para associações de classes	42.322,41	39.044,73
Impostos e taxas	98.093,43	55.116,23
Pesquisas	104.964,29	138.697,00

Depreciação e amortização	3.231.137,62	3.190.418,82
Seguros	36.374,44	49.141,93
Aluguéis	65.950,46	39.349,33
Outras despesas	64.382,17	64.086,44
Indenizações Diversas	868.490,90	268.741,85
Provisão para devedores duvidosos	188.639,78	522.073,24
Total	10.011.254,59	8.543.149,45

22. DESPESAS COM MATERIAIS E MANUTENÇÕES

Tabela 21

	2022	2021
	R\$	R\$
Água e esgoto	66.099,71	55.709,04
Combustíveis e lubrificantes	50.778,01	156.040,90
Energia Elétrica	632.573,32	489.080,62
Material de cozinha e alimentícios	205.943,08	113.236,79
Material de expediente	105.091,29	81.902,91
Materiais para laboratório	196.712,30	238.685,35
Material didático e técnico	143.738,15	29.217,12
Material de limpeza	276.667,59	109.453,68
Material para consertos e reparos – prédios	2.267.971,50	1.317.354,07
Material para educação física e desportos	2.600,00	197,94
Telefonia	11.597,91	42.451,13
Outros materiais	19.605,90	9.708,50
Material de informática – manutenção e reposição	117.889,70	39.013,80
Material de consumo diversos	986,97	2.899,30
Material de segurança	73.317,74	97.472,07
Material repassado a Terceiros – Imobilizado	31.011,60	15.820,49
Material para consertos e reparos – equipamentos	340.720,19	171.941,33
Material não imobilizado – bens de pequeno valor	65.468,93	55.316,51
Material didático e insumos colégio	35.970,93	19.451,91
Total	4.644.744,82	3.044.953,46

23. RECEITAS DIVERSAS

Tabela 22

	2022	2021
	R\$	R\$
Taxas diversas	243.921,56	263.390,68
Prestação de serviços	211.208,70	121.216,35
Apoio cultural – rádio Unidavi	17.513,02	21.963,45
Empresa iniciante GTEC	5.453,16	16.563,39
Recuperações diversas	297.547,21	171.562,96
Outras receitas	317.241,26	77.957,79
Total	1.092.884,91	672.654,62

Tabela 23

	2022	2021
	R\$	R\$
Valor venda de ativo imobilizado	67.888,66	-
Valor baixa custo do imobilizado	(42.368,98)	(108.204,48)
Total	25.519,68	(108.204,48)

24. RESULTADO FINANCEIRO

Tabela 24 – Receitas Financeiras

	2022	2021
	R\$	R\$
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.106.370,34	918.874,53
Juros recebidos	473.555,45	528.445,73
Descontos obtidos	51.465,00	82.716,86
Total	3.631.390,79	1.530.037,12

Tabela 25 – Despesas Financeiras

	2022	2021
	R\$	R\$
Descontos concedidos	(464.534,15)	(462.033,76)
Tarifas bancárias	(195.685,72)	(179.486,65)
Juros sobre empréstimos	(201,21)	(113.112,97)
Garantia FIES	(14,52)	(2.170,99)
Total	(660.435,60)	(756.804,37)

	2022	2021
	R\$	R\$
Resultado financeiro líquido	2.970.955,19	773.232,75

25. GRATUIDADES CONCEDIDAS

O cálculo da gratuidade da entidade está demonstrado em conformidade com a Lei Complementar nº 187/2021, com base na proporção de 1/5, ou seja, na proporção de 1 (uma) bolsa integral concedida para cada 5 (cinco) alunos pagantes.

A demonstração da aplicação em gratuidade na área de educação está apresentada por nível de atuação, conforme disposto na Seção III da Lei Complementar. A base de cálculo para a aplicação em gratuidade é o número de alunos pagantes conforme inciso. Segue apresentação do quadro que demonstra o cumprimento dos requisitos mínimos para a manutenção do certificado de entidade beneficente – Cebas.

Demonstrativo de benefícios concedidos em 2022:

Tabela 26 – Demonstrativo de Benefícios Concedidos: Ensino Superior

		31/12/2022
Nº total de matriculados	Ref.	2.779
Bolsas PROUNI 100% concedidas	1	243
Filantropia 100% concedidas	2	92
Base Cálculo		2.444
1º regra 20%(1/5) - (total a ser concedido)	3	489
2º regra 11,11%(1/9) (mínimo a ser concedido)	4	272
Base Cálculo para bolsas 50% a serem concedidas	5 (3-1-2)	154
Bolsas 50% a serem concedidas	6	308
Bolsas PROUNI 50% concedidas	7	0
Bolsas Filantropia 50% concedidas	8	319
Excesso de bolsas 50%	(8+7-6)	11

Tabela 27 – Demonstrativo de Benefícios Concedidos: Ensino Básico

		31/12/2022
Nº total de matriculados	Ref.	435
Bolsas Filantropia 100% concedidas	1	46
Base Cálculo de bolsas a serem concedidas		389
1º regra 20%(1/5) - (total a ser concedido)	2	78
2º regra 11,11%(1/9) (mínimo a ser concedido)	3	44
Base Cálculo para bolsas 50% a serem concedidas	4 (2-1)	32
Bolsas 50% a serem concedidas	5	64
Bolsas Filantropia 50% concedidas	6	67
Excesso de bolsas 50%		3

Demonstrativo de benefícios concedidos em 2021:

Tabela 28 – Demonstrativo de Benefícios Concedidos: Ensino Superior

		31/12/2021
Nº total de matriculados	Ref.	2.411
Bolsas PROUNI 100% concedidas	1	259
Filantropia 100% concedidas	2	79
Base Cálculo		2.073
1º regra 20%(1/5) - (total a ser concedido)	3	415
2º regra 11,11%(1/9) (mínimo a ser concedido)	4	231
Base Cálculo para bolsas 50% a serem concedidas	5 (3-1-2)	77
Bolsas 50% a serem concedidas	6	154
Bolsas PROUNI 50% concedidas	7	0
Bolsas Filantropia 50% concedidas	8	216
Excesso de bolsas 50%	(8+7-6)	62

Tabela 29 – Demonstrativo de Benefícios Concedidos: Ensino Básico

		31/12/2021
Nº total de matriculados	Ref.	334
Bolsas Filantropia 100% concedidas	1	35
Base Cálculo de bolsas a serem concedidas		299
1º regra 20%(1/5) - (total a ser concedido)	2	60
2º regra 11,11%(1/9) (mínimo a ser concedido)	3	34
Base Cálculo para bolsas 50% a serem concedidas	4 (2-1)	25
Bolsas 50% a serem concedidas	5	50
Bolsas Filantropia 50% concedidas	6	50
Excesso de bolsas 50%		0

Tabela 30 – Demonstrativo Econômico das Gratuidades Concedidas

	2022	2021
	RS	RS
Bolsas Concedidas Gratuidades	11.817.836,47	9.424.883,71
Contribuição Patronal Usufruída	(8.306.907,91)	(6.687.842,38)
Excedente Gratuidades Concedidas	3.510.928,56	2.737.041,33




23.1 Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social em Educação (CEBAS)

- a) O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, junto ao Ministério da Educação – MEC, protocolado em 12/11/2009, foi deferido, conforme portaria nº 1.392 de 03/10/2011, publicado no Diário Oficial da União de 04/10/2011, seção I, julgado o processo nº 71010.004180/2009-74, sendo o mesmo com validade de 01/01/2010 a 31/12/2012;
- b) Em 27/06/2012, a UNIDAVI protocolou junto ao MEC, através do processo nº 23000.009092/2012-31, o Relatório Circunstanciado de Atividades do Exercício de 2011, buscando a renovação do CEBAS, no qual, foi deferido conforme portaria nº 1.177 de 17/11/2017, publicado no Diário Oficial da União de 20/11/2017, seção I, sendo o mesmo com validade de 01/01/2013 a 31/12/2015;
- c) Em 31/03/2015, a UNIDAVI protocolou junto ao MEC, através do processo nº 23000.004541/2015-05, o Relatório Circunstanciado de Atividades do Exercício de 2014, buscando a renovação do CEBAS, no qual, foi deferido conforme portaria nº 16 de 21/01/2019, publicado no diário oficial da União de 24/01/2019, seção I, sendo com validade de 01/01/2016 a 31/12/2018;
- d) Em 23/11/2018, a UNIDAVI protocolou junto ao MEC, através do processo 23000.038025/2018-19, o Relatório Circunstanciado de Atividades do Exercício de 2017, buscando a renovação o CEBAS, no qual foi deferido conforme portaria nº 30 de 05/02/2020, publicado no diário oficial da União de 06/02/2020, seção I, sendo com validade de 01/01/2019 até 31/12/2021.
- e) Em 26/11/2021, a UNIDAVI protocolou junto ao MEC, através do processo 23000.031294/2021-50, o Relatório Circunstanciado de Atividades do Exercício de 2020, buscando a renovação o CEBAS, para o triênio 2022/2024. O processo está em análise.

A Fundação UNIDAVI fez o pedido de adesão ao PROUNI, sendo que o mesmo foi deferido em 08/12/2005, atendendo o que estabelece a Lei 11.096 de 13/01/2005. Na data de 02/12/2015 foi efetuado o Termo de Renovação de Adesão do PROUNI, atendendo a legislação.

A Entidade teve todos os Certificados deferidos de anos anteriores conforme consta na Resolução Nº 3, em seu Art. 1º, de 23 de janeiro de 2009, publicado no DOU dia 26/01/2009.

26. RENÚNCIA FISCAL

Em conformidade com o item 27 (c) da ITG 2002 (R1), evidencia-se as obrigações fiscais que a entidade teria caso não possuísse o benefício da renúncia fiscal.



Tabela 31 – Demonstrativo Econômico das Gratuidades Concedidas

	2022	2021
	R\$	R\$
Superávit do Exercício	7.166.978,94	2.655.641,96
Imposto de Renda (15% + 10% adicional)	1.767.744,74	639.910,49
Contribuição Social (9%)	645.028,10	239.007,78
Cofins s/ receita bruta (7,6%)	5.383.382,40	4.164.517,82
Total dos tributos	7.796.155,24	5.043.436,09

27. TRABALHO VOLUNTÁRIO

De acordo com o item 19 da ITG 2002 (R1), que trata de Entidade sem Finalidade de Lucro, a entidade deve reconhecer o valor justo da prestação do serviço voluntário como se este tivesse ocorrido com desembolso financeiro.

Os Conselhos, Câmaras e Colegiados de área, são compostos por colaboradores da instituição, tanto docentes como funcionários técnico-administrativo, discentes e membros da sociedade, onde os mesmos tem a função de orientar, fiscalizar e controlar os registros da administração da Instituição, econômico-financeiro e pedagógico. Cabe ressaltar que a participação nestas reuniões não gera remuneração e são considerados prestação de serviços voluntários, sendo exercida unicamente com a finalidade de auxiliar e colaborar com a Fundação Unidavi. No exercício de 2022 foram destinadas 752 horas de serviço voluntário, que representa o montante de R\$ 57.141,24 com a participação exclusiva nas reuniões dos Conselhos, Câmaras e Colegiados.

Segue relação dos órgãos da Instituição: Conselho de Administração – CONSAD, Conselho Curador, Conselho Universitário – CONSUNI, Câmara de Ensino – CAEN, Câmara de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Inovação – CAPPEXI, Câmara de Administração – CAD e seus Colegiados de área (Ciências Sociais Aplicadas – CSA, Ciência Médicas, Biológicas e da Saúde – CIMESB, Ciências Naturais, Computação e Engenharias – CINCE, Ciências Humanas Linguagens e Arte, Educação e Comunicação – CHALEC).

28. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



Tabela 32 – Cobertura de Seguros

UNIDADE	VALOR R\$
Campus Rio do Sul	19.400.000,00
Campus Ituporanga	1.000.000,00
Campus Taió	1.000.000,00
Campus Presidente Getúlio	1.000.000,00
Parque Universitário Norberto Frahm	1.800.000,00
TOTAL	24.200.000,00

29. REPASSES GOVERNAMENTAIS

Foram recebidos no exercício de 2022 repasses estaduais, através do programa Uniedu e da Fapesc, e municipais, através de Termos de Parceria e Colaboração com as prefeituras do município de Rio do Sul e Ibirama, que estão assim distribuídos:

Tabela 33

	2022	2021
	R\$	R\$
Contribuições Estaduais	14.103.507,44	11.696.883,63
Contribuições Municipais	72.702,45	50.277,06
Total	14.176.209,89	11.747.160,69

Rio do Sul (SC), 03 de março de 2023.



ALCIR TEXEIRA
Presidente da Fundação Unidavi



ALEXANDRE SEIDEL
Contador
CRC Nº. SC-025.654/O-1